

O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A RESISTÊNCIA À DITADURA EM SANTA CATARINA: UM ESTUDO ACERCA DA NOVEMBRADEIRA (1979)

Michel Goulart da Silva¹

Resumo: Discute-se neste artigo a revolta popular resultante da visita do presidente João Figueiredo a Florianópolis, em novembro de 1979, no final da ditadura civil-militar. Procura-se demonstrar, principalmente, que essa revolta não é produto isolado de uma situação espontânea, mas parte de um processo político mais amplo de crise do regime ditatorial e de mobilizações populares, em âmbitos local e nacional.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Novembradeira; João Figueiredo.

THE STUDENT MOVEMENT AND THE RESISTANCE TO DICTATORSHIP IN SANTA CATARINA: A STUDY ON THE NOVEMBRADEIRA (1979)

Abstract: It is argued in this article the popular uprising resulting from the visit of President João Figueiredo Florianópolis, in November 1979, at the end of the civil-military dictatorship. Sought to demonstrate mainly that this revolt is not isolated product of a spontaneous situation, but part of a broader political process of the dictatorial regime crisis and popular mobilization at local and national levels.

Keywords: Civil-military dictatorship; Novembradeira; João Figueiredo.

Passados mais de trinta anos desde a Novembradeira parece não haver mais nada de novo a ser dito acerca dessa revolta popular acontecida em Florianópolis em 30 de novembro de 1979. O tema, embora continue a ser tratado pela historiografia produzida no estado de Santa Catarina, parece render apenas textos que confirmem aquilo que sempre foi dito e repetido. Em função disso, parece que basta apenas lembrar os acontecimentos e contar para as novas gerações como os moradores da Florianópolis expulsaram no braço o ditador João Figueiredo.

Contudo, não é possível pensar a Novembradeira como um acontecimento que tenha sido suficientemente discutido e analisado pela historiografia, pois, analisando as fontes documentais disponíveis, percebe-se que as versões escritas acerca do tema deixam de mencionar personagens e acontecimentos relevantes. Essas versões

¹ Doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Servidor do Instituto Federal Catarinense (IFC). E-mail: michelgsilva@yahoo.com.br

consagradas, cujo ponto de vista é aquele de uma parte da esquerda, estão expressas principalmente nos livros *A política dos anos 70 no Brasil*, de Robert Henry Srouer (1982), e em *Revolta em Florianópolis*, de Luis Felipe Miguel (1995).

Os textos de Srouer e Miguel, bem como toda uma produção posterior que padeceu dos mesmos problemas metodológicos, dão ênfase apenas à descrição da revolta e à análise de suas causas e consequências mais aparentes e imediatas.² Por outro lado, embora a revolta tenha envolvido uma grande diversidade de personagens, no geral são lembrados apenas os estudantes presos. Essas versões descrevem uma população que, embora protagonista da revolta, curiosamente não tinha rosto. Como consequência, são destacados enquanto principais personagens, entre outros, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), da qual eram membros os estudantes presos, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), com o qual alguns desses estudantes mantinham relação política.

Srouer (1982) e Miguel (1995) apresentam a Novembrada como um evento único e espetacular, deixando de dar a devida importância a mobilizações políticas dos estudantes e outras lutas que ocorriam tanto em Florianópolis como em outras regiões do país. Miguel (1995, p. 94), fazendo o balanço quinze anos depois, afirma que a Novembrada “permanece como um acontecimento ímpar na história do País e da cidade”. Srouer (1982, p. 8) afirma que a revolta converteu-se “em ponto de inflexão na conjuntura política do final dos anos 70”, ou seja, a explosão popular poderia ser considerada um marco fundamental dentro do processo de mobilizações que, depois de espalharem-se pelo país, ganhariam força com as “Diretas Já”.

Contudo, a Novembrada é apenas um evento relevante dentro de um processo político muito mais amplo. Depois de muitos anos de repressão, a partir de 1978, as multidões cresceram nas ruas, os operários pararam fábricas e outros personagens ampliaram sua mobilização, mostrando projetos, preocupações, insatisfações e, inclusive, utopias. Nas palavras de Eder Sader (1995, p. 29), o palco da política brasileira foi ocupado por “novos personagens que alteram os roteiros preestabelecidos”. Portanto, não é possível encarar a Novembrada como um acontecimento excepcional, quando comparada a algumas das mobilizações que vinham ocorrendo no Brasil ou mesmo em Florianópolis, sendo ela apenas uma entre uma diversidade de importantes lutas travadas ao longo do ano. Em 1979, personagens

² Entre os numerosos exemplos de produções posteriores que repetem, sem crítica, as duas versões consagradas a respeito da novembrada, estão Pereira (2006) e Sartori (2004).

diversos colocaram-se em cena, independente das vontades da ditadura civil-militar, de alguns setores da esquerda ou mesmo de alguns historiadores.

Fatos, personagens e consciências

Nas versões antes mencionadas acerca da Novembradeira explica-se a revolta popular por meio de suas causas mais imediatas; ela seria uma explosão espontânea da população. Para Miguel (1995, p. 91), a Novembradeira “é um daqueles momentos quase inexplicáveis em que eclode um movimento espontâneo de massas”. Srour (1982, p. 7) afirma que com a novembradeira, “inesperadamente, o Brasil desabafou”.

Para explicar essa “eclosão espontânea” das multidões na Novembradeira, Miguel (1995, p. 22) apresenta alguns dados, como os aumentos de preços ocorridos em novembro, em especial do leite em 26,9%, no dia 17 de novembro, e da gasolina em 22,6%, no dia 24 de novembro. Este último reajuste gerou imediatamente protestos de taxistas em várias cidades, inclusive Florianópolis, tendo como estopim as greves ocorridas no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Curitiba. Na semana da visita do presidente João Figueiredo foi anunciado um racionamento de combustíveis e o valor da energia elétrica subiu 55%. Também, próximo da visita do ditador, foi anunciado o aumento de 3,98% do custo de vida em outubro, considerado alarmante para os padrões da época.

Por sua vez, Srour (1982, p. 15-62) gasta um grande número de páginas com generalizações acerca da economia, das classes sociais, do bloco de poder da ditadura e da “distensão” promovida pelo ditador Geisel. Quanto ao ano de 1979, Srour (1982, p. 62-72) analisa a conjuntura da posse de Figueiredo e a conquista da “anistia possível”, seguindo com uma rápida análise das greves ocorridas no ABC paulista e com menções a mobilizações e greves em algumas categorias, como bancários, professores e operários em diferentes cidades do país. Por fim, também menciona a desagregação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição legal durante quase toda a ditadura civil-militar, mencionando brevemente o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e de outros partidos, à direita, como o Partido Popular (PP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Social (PDS).

Passadas as páginas das generalizações, Srour (1982, 77) analisa o que chama de “síndrome de Florianópolis”, afirmando que os protestos diante da visita do presidente Figueiredo “ganham as ruas como resposta incerta a mil pressões emaranhadas”. Entre

as pressões, estariam os gastos extravagantes com a festa de recepção do ditador, as declarações “sem tato” de Figueiredo diante do aumento no preço da gasolina ou de outras medidas impopulares, bem como a falta de legitimidade política do governador biônico Jorge Bornhausen e do general Figueiredo, eleito presidente de forma indireta. Por fim, depois de mencionar elementos também citados na obra de Miguel, afirma Srouf (1982, p. 78-9):

Naquele dia, de fato, parecia que o sufoco todo, tão longamente represado, iria acabar na mágica de um olhar: pois o presidente estava lá, por inteiro; não havia intermediários. Dava a impressão que ele iria ser todo ouvidos, que era possível persuadi-lo a atender reivindicações. Extraordinária descoberta: a de que o presidente não era um ser inatingível, etéreo ou indiferenciado.

Miguel (1995) procura descrever, em sua narrativa, a forma como os estudantes foram ganhando a população para suas reivindicações. Desde os primeiros poucos populares que teriam ajudado os estudantes na distribuição dos panfletos até a explosão da revolta, haveria uma lenta caminhada na formação de uma consciência política na população. Miguel sugere que os problemas imediatos teriam preparado uma revolta latente, em andamento, e que a explosão popular seria uma reação imediata a um cansaço diante da situação provocada pelas políticas econômicas e sociais dos governos.

Segundo Miguel (1995, p. 20), os estudantes teriam escolhido um eixo político correto na elaboração do panfleto distribuído à população: “a nota dos estudantes teve o mérito de atingir diretamente o que mais incomodava a população”, fazendo críticas aos problemas antes mencionados. Contudo, não foi logo que a população se rebelou. Mesmo depois da chegada do ditador ao Palácio Cruz e Sousa, sede do governo, “o protesto não empolgava mais do que os 50 estudantes. O resto da multidão fora ver, e eventualmente aplaudir, o presidente da República” (MIGUEL, 1995, p. 29). Foi somente depois do gesto obscuro do ditador, comprimindo o polegar e o indicador, que “boa parte dos que ainda continuavam apáticos aderiu ao protesto” (MIGUEL, 1985, p. 33).

Srouf (1982) defende que a revolta não teria ocorrido por influência dos estudantes, mas seria uma resposta espontânea das massas à situação de dificuldades impostas à população naquela conjuntura. Para ele, a consciência seria um produto direto, sem qualquer tipo de mediação política, da situação econômica e social. Portanto, se de um lado Miguel (1995) trabalha com a ideia de que os poucos estudantes presentes no ato teriam ganhado a população com uma agitação política de vanguarda,

Srouf (1982) apresenta uma noção mecânica de produção de consciência, surgida como expressão radicalizada da espontaneidade das massas.³

Nessas interpretações, embora ambas partam de formulações teóricas diferentes, constrói-se uma espécie de “mito das origens” da Novembrada, explicando sua gênese a partir de fatores que, influenciando a multidão, teriam levado a população à revolta. Seja como explosão espontânea causada pela situação material imediata da população, seja como consequência da direção do Partido Comunista. Nessas interpretações da Novembrada, a revolta não é vista como parte de um processo histórico e contraditório, tornando-se um evento grandioso e notável, sem sujeitos e sem historicidade.

Um ano de lutas

Embora essas interpretações tentem apresentar a Novembrada como um acontecimento particular, não foi exclusividade de Florianópolis a ocorrência de irrupções das multidões contra a ditadura, a fome e a inflação. Ora, observando-se alguns acontecimentos dos meses que precederam a Novembrada, nota-se que, tanto em âmbito nacional como em âmbito local, vinha ocorrendo uma politização da população, em geral, e dos trabalhadores, em particular. Eder Sader (1995, p. 30), estudando a grande São Paulo, identifica nesse período algumas evidências “de um comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente”, como a expressiva votação do MDB a partir das eleições de 1974, a articulação de movimentos populares em bairros de periferia, a formação do “Movimento do Custo de Vida”, o crescimento das oposições sindicais, as greves operárias que vinham ocorrendo, bem como o processo de organização política que redundou na formação do PT.

O fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi um marco fundamental das lutas travadas em 1979. Promulgado em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 foi um dos mecanismos legais mais importantes utilizados pela ditadura na repressão à oposição. Sua revogação, em 31 de dezembro de 1978, “propiciou maior organização das oposições, ao repor algumas liberdades legais – como o fim da censura à imprensa,

³ Para uma discussão acerca da consciência de classe, Cf. Thompson (2001). Nesse estudo, o historiador inglês aponta, em polémica como o estruturalismo dominante na década de 1970, que “restou bem claro nos últimos anos que classe como categoria estática tem conquistado peso em setores muito relevantes do pensamento marxista”, tratando-se, nos termos econômicos então dominantes, “de uma categoria gêmea daquela sociológica positivista”. Como consequência, “de um modelo estático de relações capitalistas de produção são extraídas as classes que lhes devem corresponder e a ‘consciência’ que deve corresponder às classes e à sua respectiva inserção” (THOMPSON, 2012, p. 271-2).

prisão somente com acusação formal, *habeas-corpus* – e ao reduzir os mecanismos excepcionais de controle do Executivo sobre o Congresso” (FONTES & MENDONÇA, 2004, p. 76). Com a ampliação da liberdade de atuação política, ampliaram-se as mobilizações dos trabalhadores de diferentes categorias, em diferentes locais, permitindo uma articulação mais sólida dos movimentos sociais e dos setores de oposição.

No começo do ano, os motoristas de ônibus do Rio de Janeiro pararam a cidade, tendo de enfrentar inclusive suas próprias lideranças sindicais. Conforme se noticiou na imprensa, em 18 de janeiro de 1979, “o Rio amanheceu ontem novamente com reduzidíssimo número de ônibus nas ruas, com os motoristas mantendo a greve deflagrada anteontem apesar do pedido do presidente do sindicato da classe, Sebastião Athaíde, no sentido de que todos voltassem ao trabalho”.⁴ Na grande São Paulo e no ABC paulista, os operários, que vinham se mobilizando havia meses, voltaram à ofensiva em março, diante da ausência de acordo com os patrões, depois de uma reunião de conciliação “tensa e até mesmo inamistosa”. Os dirigentes sindicais do ABC afirmaram, no dia 15 de março, que pelo menos 170 mil dos 206 mil operários metalúrgicos da região tinham aderido à greve decretada pelos Sindicatos de São Bernardo do Campo e de outras cidades da região.⁵ Conforme um relato posterior,

nas primeiras horas do dia 13 de março, várias fábricas do ABC paralisaram suas atividades, tais como Ford e Volkswagen, sendo que nessa última formou-se um gigantesco piquete com milhares de trabalhadores, o que teve importância decisiva para o movimento grevista, tendo em vista a relevância desta fábrica para o conjunto da indústria automobilística. Neste mesmo dia realizou-se uma assembleia gigantesca em São Bernardo, com cerca de 60 mil operários, dando início a uma prática cotidiana de assembleias plebiscitárias com milhares de operários, onde constantemente eram avaliados e redefinidos os rumos do movimento (ANTUNES, 1988, p. 45).

Outras greves também marcaram o período, em diferentes cidades e atingindo diferentes setores econômicos. Segundo Thomas Skidmore (1988, p. 417),

a atmosfera de abertura e os precedentes criados pelo movimento operário paulista, justamente com o aumento da inflação (41 por cento em 1978 e 77 por cento em 1979), levaram os trabalhadores de outras categorias a agir. Os motoristas de ônibus e os professores do Rio de Janeiro entraram em greve em março, como também os garins. Em

⁴ Sindicato pede volta ao trabalho mas motoristas mantêm a greve. *O Estado*, Florianópolis, 18 de janeiro de 1979, nº 19291, ano 64, p. 05.

⁵ Metalúrgicos não chegam a acordo com os patrões e vão ao dissídio. *O Estado*, Florianópolis, 15 de março de 1979, nº 19345, ano 64, p. 05.

Belo Horizonte os trabalhadores na construção civil promoveram distúrbios, sobressaltando aquela cidade tradicionalmente conservadora. Outros setores atingidos por greves foram o siderúrgico, o portuário, o de transporte de carga por caminhões, o bancário e o de telecomunicações.

Nesse momento, também, podem ser identificados movimentos políticos que não estavam ligados diretamente aos sindicatos ou a lutas de categorias específicas. Em fevereiro de 1979, cerca de 80 integrantes do “Movimento do Custo de Vida” fizeram um pequeno ato na Praça da Sé, na cidade de São Paulo, carregando faixas onde se lia: “exigimos melhores condições de vida”, “nossa luta continua” e “temos a panela, não temos o que por nela”. O panfleto entregue pelo grupo de manifestantes lembrava que, desde 1973, “a gasolina já subiu 8500 por cento. E a gente sabe que todas as vezes que sobe a gasolina as outras coisas também sobem muito”. Esse movimento estava preparando uma manifestação marcada para dia 27 de agosto, “Dia de Luta Contra a Carestia”, para comemorar “um ano de manifestações realizadas na Catedral da Sé para entrega do abaixo-assinado com 1 milhão e 300 mil assinaturas”.⁶

O período também esteve marcado pelo crescimento da campanha pela anistia dos presos políticos. Em abril de 1979, por exemplo, cerca de 300 pessoas participaram de um ato em Florianópolis, pedindo “anistia ampla, geral e irrestrita” para aqueles que “o regime instaurado em 1964 cassou, demitiu, aposentou, prendeu, sequestrou, processou, matou, baniu e exilou”.⁷ Contudo, ainda que fosse exigida a anistia para todos os perseguidos pela repressão, havia muitos limites na Lei de Anistia aprovada pelo Congresso, em agosto de 1979. Sabe-se que,

antes mesmo de anunciar o projeto de lei que versaria sobre a anistia, o governo militar – especialmente os idealizadores do ato, Petrônio Portela e Figueiredo – já havia definido que teria ela um caráter restrito, eis que seriam excluídos todos aqueles que estavam sendo condenados por delitos comuns – como o assalto a banco e crimes de sangue – e por atos de terrorismo. Na verdade, a proposta do governo militar previa a anistia somente para os crimes considerados políticos, que, portanto, vinham definidos na Lei de Segurança Nacional (PRADO, 2004, p. 54).

Esses limites da Lei de Anistia foram apresentados pelo próprio governo, antes de sua aprovação. No mês de junho, o presidente João Baptista Figueiredo, quando da apresentação do projeto da lei ao Congresso Nacional, afirmou em discurso:

⁶ Movimento do Custo de Vida agita Praça da Sé com protesto. *O Estado*, Florianópolis, 18 de fevereiro de 1979, nº 19322, ano 64, p. 02.

⁷ No calçadão, uma manifestação pela anistia ampla, geral e irrestrita. *O Estado*, Florianópolis, 19 de abril de 1979, nº 19378, ano 64, p. 07.

Na sua amplitude, o projeto restaura os direitos políticos suspensos. Reintegra na vida partidária todos os que dela haviam sido afastados por crimes políticos. Prevê a possibilidade de reversão ou retorno ao serviço ativo de servidores afastados públicos dele afastados em virtude de ato revolucionário.⁸

Segundo Figueiredo, nem todos seriam anistiados, sendo excluídos “os condenados pela Justiça Militar, em razão de prática e crime de terrorismo – assalto, sequestro e atentado pessoal”.⁹ Portanto, desde o início, a lei saiu restrita do gabinete presidencial, sofrendo outras modificações até sua aprovação. Passado o processo de discussão, “em sessão bastante tumultuada no plenário e com as galerias repletas onde os presentes apupavam e aplaudiam os parlamentares, o Congresso Nacional aprovou ontem” o substitutivo “ao projeto do Governo que concede anistia ampla, porém restrita, aos punidos pela Revolução de Março de 1964”.¹⁰ Paralelamente às discussões acerca da Anistia, à luta travada pelos movimentos políticos e sociais e à aprovação da lei, alguns dos opositores ao regime ditatorial, como Leonel Brizola e Luiz Carlos Prestes, exilados no exterior, retornaram ao país.

Outro fator relevante daqueles anos foi o processo de rearticulação nacional do movimento estudantil, que, de um ponto de vista mais geral, materializava-se na reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE). No âmbito da chamada “abertura democrática”, promovida pelos militares com o objetivo de controlar o processo de transição entre a ditadura e uma “democracia forte”, foi encaminhado pelo executivo projeto revogando o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que punia atividades políticas nas universidades, por meio de processos sumários, e o Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, que proibia a organização acadêmica e manifestações públicas.¹¹ Com isso, seriam reconhecidas as entidades estudantis dentro das universidades como representantes dos estudantes nos órgãos colegiados e se

⁸ Anistia exclui os terroristas e corruptos. Figueiredo considera um projeto para a época atual. *O Estado*, Florianópolis, 29 de junho de 1979, nº 19448, ano 65, p. 02.

⁹ Anistia exclui os terroristas e corruptos. Figueiredo considera um projeto para a época atual. *O Estado*, Florianópolis, 29 de junho de 1979, nº 19448, ano 65, p. 02.

¹⁰ Em sessão tumultuada, o Congresso aprova anistia ampla, mas restrita. *O Estado*, Florianópolis, 23 de agosto de 1979, nº 19496, ano 65, p. 02. Nesse período, a imprensa e o próprio governo continuavam a utilizar o termo “revolução” para se referir ao golpe de 1964.

¹¹ Democracia: uma nova disciplina no currículo. *Jornal Universitário*, Florianópolis, ano II, UFSC, maio de 1979, nº 24, p. 4.

transferiria ao âmbito da legislação interna das instituições de ensino a responsabilidade pela aplicação de medidas disciplinares.¹²

Essas mudanças na legislação, que não faziam qualquer menção à UNE ou às entidades estudantis regionais, ocorriam paralelamente à rearticulação do movimento estudantil. O movimento estudantil ampliou sua ação no cenário político na segunda metade da década de 1970, expressando seu descontentamento em mobilizações que reivindicavam, além da reconstrução da UNE e de melhorias na educação, liberdades democráticas e anistia ampla e geral (SANTOS, 2009, p. 107). Os estudantes apresentavam como programa, entre outros pontos,

mais verbas para a universidade; o rebaixamento das anuidades no ensino superior particular (com a limitação dos aumentos aos 35% fixados pelo Conselho Federal de Educação); a melhoria do nível de ensino e da alimentação nos restaurantes universitários; a defesa do ensino público e gratuito; a revogação das punições impostas a colegas (sobretudo na PUC do Rio); o fim da aplicação indiscriminada – principalmente na Universidade de Brasília – da pena de jubramento aos estudantes de menor rendimento (em geral os mais pobres, que trabalhavam para custear os estudos) e a libertação de colegas presos (POERNER, 2004, p. 280).

Também foi realizado, no final de maio de 1979, o congresso de reconstrução da UNE, em Salvador. Embora divulgado inclusive pela imprensa, esse congresso ainda foi realizado com a entidade na ilegalidade, tendo seus delegados sido eleitos antes do anúncio da nova legislação, em assembleias abertas nas universidades. Essa campanha pela reconstrução da entidade fazia parte da disputa política daquele momento, mobilizando estudantes, intelectuais, trabalhadores e artistas. Na imprensa, inclusive, essa campanha era comentada, como é possível verificar abaixo:

Uma campanha de finanças vai ser organizada e um show, no dia 28 de maio, está sendo preparado, com a participação dos compositores Edu Lobo, João Bosco, Sérgio Ricardo e Gonzaguinha. Os estudantes querem, nos dias 29 e 30 de maio, eleger a diretoria da UNE, elaborar seus estatutos, a carta de princípios e o programa de luta e trabalho, “reconstruindo totalmente a entidade”.¹³

Observa-se, contudo, que as medida do governo do presidente João Figueiredo, aparentemente uma “bondosa concessão” aos estudantes, expressava a crise social que atravessava a sociedade, que se manifestava nas lutas citadas ou em outras tantas. No caso dos estudantes, a crise era ainda mais profunda, criando certa radicalização nessa

¹² O governo revoga o 477 e reorganiza a representação dos universitários. *O Estado*, Florianópolis, 23 de maio de 1979, nº 19410, ano 65, p. 02.

¹³ Estudantes iniciam movimento pró-UNE. *O Estado*, Florianópolis, 7 de maio de 1979, nº 19395, ano 64, p. 03.

categoria. Coube a eles organizar as mais calorosas recepções ao ditador, por meio de atos em sete capitais. No Rio de Janeiro,

com tiros de morteiro para o ar, e jogando fortes jatos de água com anilina vermelha de um “Brucutu” sobre cerca de 2 mil estudantes e populares, a Polícia Militar dissolveu, ontem, antes de seu início, a manifestação em protesto contra a posse do general Figueiredo, programada para às 17 horas na Cinelândia.¹⁴

Contudo, a ação policial não conseguiu impedir a manifestação, que havia deixado de ser apenas um ato de estudantes para ganhar proporções quase de uma revolta popular, assim descrito pela imprensa:

Cerca de setecentos soldados do Batalhão de Choque da PM, protegidos por viseiras e escudos, e armados de cassetetes, cercaram todo o centro da cidade, mas não conseguiram impedir as manifestações dos grupos de pessoas que se formaram com ação da polícia, sobretudo em frente ao Consulado dos EUA, nas ruas México e São José, na Lapa e Praça XV. (...) Os manifestantes formaram grupos que iam fazendo comícios-relâmpagos enquanto a PM, com o auxílio de “Walkie-talkies”, iam deslocando soldados em seu encalço.¹⁵

Outros atos foram articulados no mesmo dia em cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, bem como Viçosa e Juiz de Fora, em Minas Gerais. Na cidade de São Paulo, durante a posse do governador Paulo Maluf, eleito indiretamente, os estudantes vaiaram

o novo governador e a polícia, sobretudo quando uma faixa do MDB foi apreendida e depois devolvida. Como o Sr. Maluf entrou no prédio pela porta do cerimonial, que fica na parte dos fundos, os estudantes gritaram: “ladrão entra pelos fundos” e “governador trombadinha”. Os deputados do MDB protestaram em plenário contra as eleições indiretas e a maioria deixou o plenário para não assistir à posse. O delegado Sérgio Paranhos Fleury foi reconhecido e vaiado: “assassino”, “torturador”, gritavam na rua.¹⁶

O palco daquele ano, portanto, mostrava um conjunto de lutas que se opunham à exploração econômica, ao regime repressivo e à figura do presidente recém-eleito, por escolha indireta do Congresso Nacional, que inclusive tentou, sem sucesso, explorar uma campanha para melhorar sua imagem, ao longo de 1979. Novos personagens, utilizando os mais diferentes métodos e expressando as mais variadas preocupações,

¹⁴ Estudantes protestam nas ruas de 7 capitais contra o novo governo. *O Estado*, 16 de março de 1979, nº 19346, ano 64, p. 07.

¹⁵ Estudantes protestam nas ruas de 7 capitais contra o novo governo. *O Estado*, 16 de março de 1979, nº 19346, ano 64, p. 07.

¹⁶ Estudantes protestam nas ruas de 7 capitais contra o novo governo. *O Estado*, 16 de março de 1979, nº 19346, ano 64, p. 07.

assumiam o papel de protagonistas em um palco que antes parecia pertencer apenas à burguesia e aos militares. Pode-se afirmar, com Eder Sader (1995, p. 313):

os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas da vida social. Mas foram mais do que isso: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política.

Em novembro de 1979, quando o ditador João Figueiredo pisou em Florianópolis, carregava nas costas um conjunto de intensas lutas, apesar dos poucos meses de governo. Por outro lado, percebe-se, pelas mobilizações antes mencionadas, que a revolta popular em Florianópolis não significou algo extraordinário na conjuntura, mas foi uma entre tantas outras expressões de uma conjuntura explosiva.

Lutas na universidade

Lendo os textos disponíveis a respeito da Novembrada, pode-se ter muitas vezes a impressão de que começou em novembro o ano de 1979. No entanto, desde o começo do ano a capital do estado de Santa Catarina esteve agitada por lutas políticas das mais diversas, como a anistia, um incipiente movimento em defesa da campanha por eleições diretas para prefeito da capital, além de greves. Noticiou-se na imprensa que, em meados de março, “apesar da chuva de ontem à tarde, o Diretório Municipal do MDB lançou sua campanha para a coleta de assinaturas pedindo a volta das eleições diretas nas prefeituras das capitais”, tendo em apenas meia hora “conseguido mais de 200 assinaturas”.¹⁷

No entanto, coube ao movimento estudantil, em especial àquele organizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o papel de protagonistas nesse palco. Desde o começo do ano, lutas específicas vinham ocorrendo na universidade, das quais duas ganharam maior destaque. Uma delas se refere à greve dos estudantes do curso de Arquitetura, reivindicando

contratação urgente de mais professores, valorização do curso, com verbas e assistência da reitoria; criação e funcionamento de um departamento autônomo e representatividade de um centro acadêmico, assim como o desvinculamento das disciplinas da Engenharia, com a

¹⁷ No calçadão, campanha de assinaturas para eleição de prefeito é bem recebida. *O Estado*, 14 de março de 1979, nº 19344, ano 64, p. 03.

criação de disciplinas específicas; aquisição de material didático e bibliografia básica; maior espaço físico e material condigno ao ensino e uma melhor distribuição da carga horária.¹⁸

Segundo os estudantes, o estopim dessa paralisação foi a falta de docentes, aglutinando turmas e sobrecarregando os docentes. Os estudantes exigiam a contratação dos professores aprovados em concurso realizado em ano anterior. Por outro lado, “devido a não existência de um departamento próprio, o curso de arquitetura, para solicitar material, deve fazer seu pedido ao Departamento de Engenharia Civil, pois não possui autonomia para nada, nem mesmo para reivindicar uma melhoria”.¹⁹ Nessa luta, da qual os estudantes saíram vitoriosos em suas reivindicações, um dos mais importantes elementos foi a constituição do Centro Acadêmico Livre de Arquitetura (CALA), primeira entidade estudantil autônoma em relação à reitoria.²⁰

No final da década de 1970, outro segmento estudantil que esteve mobilizado era o biomédico, sendo protagonistas de algumas das lutas mais importantes da universidade, como é possível verificar na referência abaixo.

Desde o final de abril, quando o reitor Casper Erich Stemmer retornou de Brasília com a notícia de que as obras do Hospital Universitário da UFSC estavam prestes a serem paralisadas por falta de recursos financeiros, os alunos da área biomédica começaram a se mobilizar para tentar pressionar as autoridades federais no sentido de que fossem liberadas as verbas para a complementação e implementação do hospital.²¹

Essa luta acabou ganhando apoios não apenas no interior da universidade, mas da própria comunidade. Os estudantes reuniram cerca de 40 mil assinaturas em documento endereçado ao Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen. Nesse documento, “depois de traçarem um rápido histórico do HU, há 15 anos em construção e por pouco não abandonada mais uma vez”, salientam os estudantes “a importância social da obra e pedem ao Ministro do Planejamento que continue combatendo a inflação, mas sem destituir as áreas de educação e saúde de seus já tão escassos recursos”.²² Essa luta em defesa do HU, também vitoriosa, com a garantia de recursos do governo federal para a conclusão das obras, trouxe duas importantes consequências:

¹⁸ Protesto na UFSC: os alunos de Arquitetura não vão mais às aulas. *O Estado*, 9 de março de 1979, nº 19339, ano 64, p. 16.

¹⁹ Protesto na UFSC: os alunos de Arquitetura não vão mais às aulas. *O Estado*, 9 de março de 1979, nº 19339, ano 64, p. 16.

²⁰ Protesto: os alunos da Arquitetura não votam. *O Estado*, 12 de junho de 1979, nº 19433, ano 65, p. 16.

²¹ Estudantes vão hoje ao HU. Para que as obras não sejam paralisadas. *O Estado*, 08 de maio de 1979, nº 19396, ano 64, p. 16.

²² Comissão de estudantes e professores vai a Brasília lutar pela construção do HU. *O Estado*, 10 de junho de 1979, nº 19431, ano 65, p. 16.

primeiro, foi a primeira grande luta que reuniu diferentes setores da universidade; segundo, colocou em cena uma das partes mais mobilizadas da vanguarda universitária, que viria a compor a chapa de unidade da esquerda no processo eleitoral do DCE.²³

No segundo semestre, as lutas em torno da melhoria do restaurante universitário (RU) ganhavam proporções ainda maiores, chegando a reunir milhares de estudantes. Em junho, os estudantes denunciaram “a compra de alimentos a preços acima da tabela, a falta de higiene, a má qualidade da comida servida e a ausência de uma nutricionista (como é previsto em lei)”.²⁴ Os estudantes colocavam em dúvida a lisura das concorrências na compra de alimentos, pois, entre outras coisas, tinham constatado que havia sido comprada massa de sopa “quase 500% acima do preço na época em qualquer supermercado da Capital”.²⁵ Por outro lado, os estudantes faziam críticas à falta de higiene e a má qualidade da comida. Segundo um estudante, “é muita sujeira, eles não limpam o arroz e as verduras, invariavelmente, vêm no bandeirão bastante sujas. Eu mesmo já encontrei várias vezes pulgões na couve-flor”.²⁶

Passados dois meses, não havia soluções para esses problemas. No final de agosto, organizados pela nova gestão do DCE,

cerca de 1200 estudantes, ontem na hora do almoço, após realizarem uma batucada dentro do Restaurante Universitário – RU – em protesto contra as enormes filas de todos os dias, ocuparam o bar do Centro de Convivência e dirigiram-se depois ao “hall” da reitoria da UFSC para reivindicar a utilização, em caráter de emergência do Centro como anexo do RU e pedir que os dois novos blocos prometidos desde 1977 sejam finalmente construídos.²⁷

Sem conseguir falar com o reitor, que se encontrava em um evento no município de Chapecó, no oeste do estado, “os estudantes iniciaram a coleta de assinaturas ali mesmo e decidiram programar nova manifestação para segunda-feira”.²⁸ Na segunda-feira, os estudantes realizaram novo ato. “Começando com a batucada no RU, iniciada pouco antes da chegada dos dirigentes estudantis, logo se sentiu que a disposição dos alunos era grande e seria difícil dissuadi-los da decisão de ocupar o Centro de

²³ Hospital 1 X 0 paralisação. *Jornal Universitário*, ano II, Florianópolis, maio de 1979, nº 24, p. 3.

²⁴ Estudantes da UFSC acusam: não há higiene nem nutricionista no RU. *O Estado*, 20 de junho de 1979, nº 19440, ano 65, p. 15.

²⁵ Estudantes da UFSC acusam: não há higiene nem nutricionista no RU. *O Estado*, 20 de junho de 1979, nº 19440, ano 65, p. 15.

²⁶ Estudantes da UFSC acusam: não há higiene nem nutricionista no RU. *O Estado*, 20 de junho de 1979, nº 19440, ano 65, p. 15.

²⁷ Protesto na UFSC. Estudantes ocupam Centro de Convivência. *O Estado*, 25 de agosto de 1979, nº 19497, ano 65, p. 16.

²⁸ Protesto na UFSC. Estudantes ocupam Centro de Convivência. *O Estado*, 25 de agosto de 1979, nº 19497, ano 65, p. 16.

Convivência”.²⁹ Neste ato, o reitor se fez presente, discutindo com os estudantes soluções para suas reivindicações, e assumindo uma série de compromissos. Como resultado,

aos gritos de “vitória, vitória”, os estudantes que protestavam desde sexta-feira contra as filas do Restaurante Universitário – RU – deixaram, ontem às 15h, o “hall” da reitoria da UFSC, ocupado por quase dois mil universitários algumas horas antes, com a promessa do reitor Caspar Stemmer de que todas as suas reivindicações serão atendidas já a partir da próxima semana.³⁰

Essa comemoração, por parte dos estudantes, tinha como motivação promessas como

a transformação do bar do Centro de Convivência em anexo do RU, fornecimento de refeição também nos fins-de-semana, congelamento do preço do “ticket” (13 cruzeiros), café da manhã no RU e a formação de uma comissão de estudantes para acompanhar o reitor a Brasília, no sentido de pressionar o Ministério da Educação e Cultura para que sejam liberadas as verbas para a construção de mais duas alas para o RU.³¹

Outro momento em que a universidade viu-se tomada por milhares de estudantes mobilizados foi em outubro, quando projetos de reforma no ensino universitário deveriam ser discutidos nos conselhos superiores da UFSC. O “pacotão Portella”, como foi batizado pelos estudantes, continha “três projetos de lei, com vistas a alterar a escolha dos dirigentes das instituições de ensino superior, a reestruturação da carreira do magistério e a transformação do regime jurídico das universidades para ‘autarquias especiais’”.³² O primeiro anteprojeto propunha substituir a lista sêxtupla, vigente desde 1968, por uma lista com três candidatos à reitoria, que continuaria a ser encaminhada ao ministro da Educação e ao presidente da República para posterior decisão. No segundo anteprojeto, propunha-se a transformação das universidades federais em autarquias de regime especial, com autonomia administrativa, financeira e didático-científica. O documento previa a captação própria de recursos, de qualquer origem, que sustentariam as universidades. O último anteprojeto, acerca da reestruturação do magistério superior,

²⁹ Dois mil estudantes deixam a reitoria. Vitoriosos. *O Estado*, 28 de agosto de 1979, nº 19500, ano 65, p. 16.

³⁰ Dois mil estudantes deixam a reitoria. Vitoriosos. *O Estado*, 28 de agosto de 1979, nº 19500, ano 65, p. 16.

³¹ Dois mil estudantes deixam a reitoria. Vitoriosos. *O Estado*, 28 de agosto de 1979, nº 19500, ano 65, p. 16.

³² Flaminio Fantini. Professores, alunos, ninguém quer o “pacote”. *República*, São Paulo, 17 de outubro de 1979, p. 10.

apresentava alguns elementos para a constituição do plano de carreira docente, tendo na titulação o critério base para a progressão funcional (FERREIRA, 2007).

Na UFSC, a rejeição aos projetos foi imediata. Como resposta, em outubro de 1979,

aproximadamente 600 estudantes invadiram, ao meio-dia de ontem, o Centro de Convivência da UFSC, protestando contra o ensino pago, e impediram que se realizasse uma reunião do Conselho de Ensino e Pesquisa e do Conselho Universitário. (...) Aos gritos de “conselhão, conselhão, abaixo o pacotão”, os estudantes invadiram o Centro de Convivência com objetivo de interromper a reunião convocada pela reitoria, onde seria discutido o “pacote do MEC”.³³

Os estudantes pediam que a discussão fosse ampliada a toda a universidade, visando debater a opinião de alunos, professores e funcionários a respeito do tema. Segundo o presidente do DCE, Adolfo Dias, “os dois conselhos não representam o pensamento da comunidade universitária”, afinal “os seus membros são todos biônicos”.³⁴

Os estudantes continuaram mobilizados. Poucos dias do desse primeiro ato,

numa prova de capacidade de mobilização, aproximadamente 4 mil estudantes paralisaram totalmente as aulas no campus universitário da UFSC, na tarde de ontem, lotando o saguão da Reitoria onde realizaram uma assembleia geral, discutiram e repudiaram os três anteprojetos do MEC, chamados pelos alunos de “pacotão”.³⁵

Pode-se identificar que esta mobilização se soma às anteriores, demonstrando um processo de politização dos estudantes, que questionavam não apenas a sua situação imediata, mas também o projeto de educação proposta pela ditadura. Destaca-se, principalmente, que, poucas semanas antes da Novembrada, os estudantes da UFSC demonstravam grande disposição de luta, deixando claro que a Novembrada não foi um evento espontâneo e isolado, mas produto de um processo político mais amplo e complexo.

³³ Estudantes invadem centro na UFSC em protesto contra “pacote” do MEC. *O Estado*, 20 de outubro de 1979, nº 19548, ano 65, p. 16.

³⁴ Estudantes invadem centro na UFSC em protesto contra “pacote” do MEC. *O Estado*, 20 de outubro de 1979, nº 19548, ano 65, p. 16.

³⁵ Quatro mil estudantes da UFSC dizem não ao “pacotão” do MEC. *O Estado*, 25 de outubro de 1979, nº 19552, ano 65, p. 16.

Considerações finais

Quando explodiu a Novembrada, não apenas a vanguarda estudantil, mas também outros setores da população encontravam-se ou mobilizados ou com certo sentimento de vitória em algumas de suas lutas. Portanto, verificou-se que as experiências de mobilização permitiam o desenvolvimento de uma consciência de luta, em um processo complexo e contraditório. Conforme se percebe no processo que redundou na Novembrada, havia certa percepção por parte da população de que sua situação de vida estava relacionada à política econômica da ditadura, baseada no arrocho salarial, embora esses setores não se identificassem como uma classe, mas genericamente como povo. Por outro lado, a revolta popular mostra o quanto, no imaginário da maior parte da população, a ditadura ainda estava personificada na figura do ditador, e não como um regime político repressivo.

Nesse contexto que redundou na Novembrada, os estudantes universitários assumiram o papel de vanguarda do processo político, embora esse papel não tenha se dado espontaneamente na praça, como querem alguns autores, mas como uma construção política relacionada à articulação das mobilizações do campus com o contexto nacional e as lutas específicas na cidade de Florianópolis. Pode-se afirmar que os estudantes cumpriram o papel de liderança na praça, a partir de uma unidade política construída com outros setores populares desde as lutas travadas nos primeiros meses de 1979.

Na tentativa de localizar a Novembrada num contexto mais amplo, deve-se deixar de lado uma visão superficial, presente em grande parte das análises, como em Miguel e em Srour, que tem como objetivo colocar na praça, no dia da revolta, certos indivíduos ou grupos e a eles atribuir papéis que não cumpriram. O acontecimento ocorrido no centro de Florianópolis, por certo, tem importância no contexto do processo de democratização, mas não é possível, como o fazem algumas análises, atribuir a eles maior ou menor importância do que outros acontecimentos relacionados ao fim da ditadura. Na compreensão do processo político mais amplo, deve-se levar em consideração que poucos anos depois haveria mobilizações de massas no movimento “Diretas Já”.

Portanto, na análise desse processo político, há a necessidade de se evitar a construção de um mito exagerado em torno da Novembrada. Sem perder de vista a importância dessa mobilização contra a presença do ditador Figueiredo na capital catarinense, há a necessidade de, como exercício metodológico e político, entender o

contexto em que essa mobilização está inserida, olhando, além da particularidade desse evento, o processo político de conjunto que pôs fim a duas décadas de ditadura.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1990*. São Paulo: Ensaio; Campinas: UNICAMP, 1988.
- FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Política educacional para o ensino superior: o Pacote Portella. *Série Documental (INEP)*, n. 30, p. 35-45, 2007.
- FONTES, Virginia Maria; MENDONÇA, Sônia Regina. *História do Brasil recente (1964-1992)*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2004.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Revolta em Florianópolis: a novembrada de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995.
- PEREIRA, Heloisa Helena. *A luta continua: o movimento estudantil e a adesão popular na Novembrada e nos atos pela libertação dos estudantes presos em Florianópolis, em 1979 nas manifestações pela soltura dos presos da Novembrada de 1979*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- POERNER, Arthur José. *O poder jovem*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- PRADO, Larissa Brizola Brito. *Estado democrático e políticas de reparação no Brasil: tortura, desaparecimentos e mortes no regime militar*. Universidade Estadual de Campinas, Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Campinas, 2004.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. *Aurora*, ano III, n. 5, p. 101-8, dez. 2009.
- SARTORI, Juliana. *A novembrada nas entrelinhas da imprensa catarinense*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SROUR, Robert Henry. *A política dos anos 70 no Brasil: a lição de Florianópolis*. São Paulo: Econômica, 1982.
- THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2012.

Artigo recebido em 20/03/2014

Artigo aceito em 10/09/2014